



Ordem dos Advogados
BASTONÁRIO

DISCURSO DO BASTONÁRIO NA CERIMÓNIA DE ABERTURA DO ANO JUDICIAL

I. SAUDAÇÕES PROTOCOLARES

EXCELENTÍSSIMO SENHOR **PRESIDENTE DA REPÚBLICA, JOÃO MANUEL LOURENÇO,**

VENERANDO JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPREMO, DR. JOEL LEONARDO,
VENERANDA JUÍZA PRESIDENTE DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL, DRA. LAURINDA CARDOSO,

VENERANDO JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS, DR. SEBASTIÃO GUNZA,

DIGNÍSSIMO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, DR. HÉLDER PITTA GRÓS,
ILUSTRE BASTONÁRIO “HONORÁRIO” DA ORDEM DOS ADVOGADOS DE ANGOLA
DR. LUIS PINTO MONTEIRO

DIGNÍSSIMA PROVIDORA DE JUSTIÇA, DRA. FLORBELA ARAÚJO,

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS,
DR. MARCY LOPES,

VENERANDOS JUÍZES CONSELHEIROS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES,

COLENDOS JUÍZES DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO,

CAROS Membros DO CONSELHO NACIONAL E PROVINCIAIS DA ORDEM DOS ADVOGADOS,

MAGNÍFICOS REITORES,

SENHORES MEMBROS DO CORPO DIPLOMÁTICO,

MERITÍSSIMOS JUÍZES,

DIGNÍSSIMOS PROCURADORES,

SENHORES OFICIAIS DE JUSTIÇA,

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,



Ordem dos Advogados
BASTONÁRIO

II. INTRODUÇÃO – 50 ANOS DE INDEPENDÊNCIA: UM MOMENTO DE REFLEXÃO

Comemora-se o 50.º aniversário da Independência de Angola. Meio século de luta, sacrifícios e conquistas. Um feito único na história.

Solicito a uma salva de palmas em homenagem à nossa independência.

Mas, passados 50 anos, devemos ter a coragem de questionar:

Que país construímos?

Que Angola temos hoje?

A verdade é que ainda não temos o país que precisamos.

O caminho percorrido até aqui teve avanços, mas, infelizmente, continuamos a enfrentar graves obstáculos que remetem o nosso povo injustamente a uma situação de sofrimento. Este é o grande desafio em todas as áreas.

Obviamente, falarei sobre os reptos no Estado de Direito e na Justiça.

A corrupção, a fragilidade da justiça e uma democracia muito inicial, entre outros, exigem de nós firmeza, determinação e coragem para superar estes obstáculos, e assim erigir a nação que nos encha de orgulho, que é o que todos, com as diferentes perspectivas, visões e ambições, almejamos no final.



Ordem dos Advogados
BASTONÁRIO

Reconhecer que a realidade do nosso país não corresponde às nossas expectativas não deve ser um motivo de desalento, nem deve fomentar o discurso do caos ou a aceitação fatalista da situação.

Minhas senhoras e meus senhores.

Angola não está fadada ao insucesso.

Pelo contrário, é possível alterar o paradigma de sub-desenvolvimento.

É imperativo imprimir o caminho certo na Justiça, o tema que nos congrega aqui hoje. O caminho da Justiça é o caminho da independência e da eficiência.

Não há desenvolvimento sem justiça, não há democracia nem Estado de Direito sem magistrados, sem advogados, oficiais de diligências, polícias respeitados e dignificados.

III- O Estado da Justiça em Angola – um diagnóstico claro: a injustiça dos mais pobres

Se questionarmos qualquer cidadão sobre o estado da justiça em Angola, a resposta consensual será que a justiça em Angola está em crise.

No entanto, não se pode afirmar que, de facto, Angola já tenha tido uma justiça digna deste nome.



Ordem dos Advogados BASTONÁRIO

Lembremo-nos que durante dezenas de anos, o próprio conceito de Justiça era outro. Tratava-se duma projecção de um poder político revolucionário que agia em nomes das massas populares. A chamada Justiça popular.

Apenas, passados mais de dez anos da Independência este conceito foi revisto e actualizado para uma perspectiva constitucional democrática em que a Justiça é um dos poderes do Estado separado e independente que apenas deve obediência à Constituição e à Lei e não a qualquer utopia mais ou menos realizável.

Não obstante, não é admissível que esta leveza ou fluidez da Justiça nos imobilize. A Justiça não pode ser vista como um problema sem solução, mas sim como a chave para resolver os problemas, na verdade, uma chave essencial.

O princípio simples enunciado por Albert Einstein deve ser aquele que nos guia na resolução dos problemas da Justiça: *Em matéria de verdade e justiça, não há diferença entre os grandes e os pequenos problemas, pois as questões relativas ao tratamento das pessoas são todas iguais.*

É esta igualdade e atenção aos problemas de todos os angolanos que a Justiça deve ter em conta, sempre.

Os desafios são conhecidos:

- Necessidade de reforço da independência do poder judicial;
- Morosidade na tramitação processual;



Ordem dos Advogados BASTONÁRIO

- Excesso de prisão preventiva;
- Custos judiciais elevados;
- Falta de transparência;
- Partidarização da justiça;
- Corrupção no sistema judicial, entre outros.

Dentro todos os desafios enunciados quero focar-me num: a falta de acesso à justiça por falta de meios financeiros.

O Estado desembolsou apenas 35 milhões de kwanzas em todo o ano de 2024 para garantir assistência judiciária aos cidadãos mais carenciados.

Para efeito de comparação, um único veículo de "luxo" atribuído a um titular de um órgão de soberania custa acima de 170 milhões de kwanzas. Um automóvel de luxo tem um valor superior ao direito à defesa de milhares de cidadãos angolanos.

Há relatos de casos como o de João António, um homem que perdeu a sua residência por não ter podido pagar um advogado para o representar num processo injusto. Outro exemplo é o de Maria Domingos, uma vendedora ambulante que foi presa acusada de furto, apesar de ser inocente. Ou ainda o de Alberto Paulo, que continua preso apesar de ter sido amnistiado, por não ter ninguém que lute pela sua liberdade.

Tais factos são inaceitáveis!



Ordem dos Advogados BASTONÁRIO

A falta de acesso à justiça devido à carência de recursos financeiros é uma questão que compromete o princípio da igualdade perante a lei. A exclusão económica cria um ciclo de vulnerabilidade, deixando grupos já marginalizados ainda mais expostos a injustiças.

Este cenário reforça a necessidade de políticas públicas que ampliem e fortaleçam o acesso à justiça para todos, independente de sua situação financeira.

Não podemos permitir que, num país que se afirma como democrático, a justiça seja apenas para quem pode pagar.

É urgente alertar para esta situação e é imperativo implementar em Angola a defesa pública constitucionalmente consagrada para esse efeito.

A justiça que ignora os pobres, sentencia uma sociedade para a violência, a insegurança e a desumanização, dando razão a Hobbes quando dizia que o “homem é o lobo do homem”.

IV. Reformas necessárias para uma justiça independente e eficiente

A mudança é urgente.

Precisamos de mais ações concretas para reformar a justiça. O caminho passa, por um lado, pelo fortalecimento da independência do poder judicial. E para isto, cientes de que não detemos o monopólio da verdade, entendemos que são necessárias mais ações concretas para reformar a justiça.



Ordem dos Advogados BASTONÁRIO

Por um lado, temos de incrementar o fortalecimento da independência do poder judicial. Nesse âmbito, propomos:

- Rever o modelo de nomeação dos juízes dos tribunais superiores e do procurador-geral da República, tornando-o um exemplo da democracia deliberativa, implementando um crivo parlamentar e transparente para os juízes antes de chegarem aos tribunais superiores.
- Conceder autonomia financeira ao poder judicial, o que implica a alteração do modelo actual. A mera atribuição de mais verba não é suficiente; é necessário que esta seja paga atempadamente e na totalidade, ou seja, 100% da verba aprovada, em vez dos habituais 30%.
- Separar a presidência do Conselho Superior da Magistratura Judicial da presidência do Tribunal Supremo, uma vez que o presidente do CSMJ não deverá presidir a nenhuma outra jurisdição, o que, acreditamos, fortalecerá a independência interna dos magistrados.
- Introdução de um modelo de presidência rotativa nos tribunais superiores, seguindo o exemplo de outras jurisdições.

Além do reforço da independência, é imperativo aumentar a eficiência dos tribunais.

Neste âmbito, propomos as seguintes medidas:



Ordem dos Advogados BASTONÁRIO

- Criação de um campus da justiça nas províncias mais densamente povoadas, começando pela capital, uma vez que não é admissível continuar com a escassez de espaço para instalar os tribunais de forma condigna;
- Adopção de um modelo em que os juízes não sejam forçados a partilhar salas de julgamento devido à falta de espaço;
- Rejeição de tribunais insalubres, entre outras questões críticas.
- A criação de tribunais penitenciários, dedicados exclusivamente a processos envolvendo reclusos, é imperativa para evitar atrasos e abusos na prisão preventiva.
- A introdução de recursos humanos nos tribunais com especialistas formados em gestão é igualmente crucial, uma vez que os magistrados, para além de não serem formados em gestão, têm excesso de processos.
- O maior investimento na informatização e digitalização dos processos é essencial para garantir maior transparência e rapidez na tramitação judicial.
- A capacitação de líderes comunitários e religiosos para actuarem como mediadores de conflitos é fundamental para reduzir a necessidade de processos formais para casos de menor gravidade.
- A criação de tribunais comunitários ou consuetudinários visando aproximar a justiça das zonas rurais e periféricas, reduzindo o excesso de litígios nos tribunais convencionais.



Ordem dos Advogados BASTONÁRIO

É imprescindível proporcionar aos magistrados condições que lhes permitam exercer a função jurídica com segurança, independência e dignidade. São os magistrados que personificam a justiça e são eles que decidem sobre a liberdade e os direitos mais fundamentais dos cidadãos, carregando nos ombros o peso da equidade e da verdade numa sociedade. O respeito e a dignidade são fundamentais para garantir a integridade da justiça.

Igualmente, os advogados são essenciais para a defesa dos direitos e garantias dos cidadãos, pelo que merecem um tratamento condigno, equiparável ao das demais instituições fundamentais para a administração da justiça.

O Estado deve reconhecer esta importância, garantindo que a Ordem dos Advogados beneficie do orçamento público. A exigência de um desempenho exemplar dos advogados não pode ser contrariada pela falta de condições mínimas para o exercício da profissão com dignidade. A inexistência de instalações condignas, tanto a nível do Conselho Nacional como dos Conselhos Provinciais, por parte da Ordem, é inaceitável.

A situação nos tribunais é ainda mais preocupante e humilhante: Em muitos casos, as salas destinadas aos advogados não oferecem sequer condições higiénicas adequadas, comprometendo não apenas o conforto, mas também a saúde e a dignidade da classe.



Ordem dos Advogados BASTONÁRIO

É imperativo dispor de espaço para implementar, numa primeira fase, em Luanda, uma biblioteca jurídica que sirva de apoio aos advogados, aos magistrados, aos estudantes de direito, entre outros. Possuímos um acervo valioso de livros, sem um espaço adequado para o seu acesso e utilização. Investir neste projeto é investir na qualidade da justiça e na preparação dos profissionais do futuro. Já solicitámos ao Governo Provincial e a outras instituições um espaço para o efeito, mas, infelizmente, o aparente acolhimento da nossa proposta não passou ainda de mera declaração.

Mas, a questão é mais funda:

-Como podemos preparar ou formar milhares de candidatos à advocacia sem um orçamento público que nos permita dispor de instalações adequadas e remunerar os recursos humanos?

-Como podemos acompanhar a dinâmica dos operadores da justiça nas novas províncias sem financiamento adequado?

Ficam as questões.

V. Justiça e comunicação social

É necessário encontrar mecanismos eficazes que assegurem uma comunicação clara e verdadeira, protegendo a integridade das decisões judiciais e evitando interpretações erradas que prejudiquem a confiança da sociedade na justiça.



Ordem dos Advogados BASTONÁRIO

A comunicação social e a comunidade devem garantir que a informação divulgada reflecta a realidade dos factos e respeita os princípios da justiça, assegurando uma comunicação clara e verdadeira.

VI. Corrupção no sistema judicial – um flagelo a combater

Minhas senhoras e meus senhores,

Infelizmente, há juízes e advogados corruptos que influenciam decisões, prejudicam cidadãos e comprometem a credibilidade do sistema.

Precisamos de coragem. Para que a justiça seja servida, é necessário denunciar e expulsar os corruptos do poder judicial e da advocacia, pois não há justiça verdadeira num sistema dominado por interesses obscuros.

As sentenças judiciais devem responder à questão da sociedade: aquele cidadão é culpado ou inocente?

Logo, não é admissível que a maioria dos processos mediáticos que tramitam no foro criminal termine por vícios processuais, deixando a população sem uma resposta.

A justiça não é servida quando esses casos são resolvidos por questões formais em vez de serem decididos pelo mérito. Também não é positivo que os tribunais superiores cometam esses vícios ou que os seus juízes, que deveriam garantir a correção dos processos, contribuam para essa incerteza.



Ordem dos Advogados
BASTONÁRIO

Por último,

A reforma da justiça angolana não é apenas uma necessidade, mas um imperativo moral e social.

Um sistema jurídico acessível, eficiente e justo é a base de uma sociedade verdadeiramente democrática, onde todos, independentemente de sua condição social ou económica, podem buscar e encontrar a protecção de seus direitos. Sem mudanças estruturais que eliminem barreiras e promovam a igualdade, perpetuamos ciclos de exclusão e injustiça.

Reformar o sistema de justiça é mais do que corrigir falhas; é construir uma ponte para um futuro em que a justiça seja um direito e não um privilégio.

Este é um chamamento à acção, pois uma justiça inacessível é, em essência, uma justiça negada. Que possamos, como sociedade, dar prioridade e exigir um sistema jurídico que seja digno dos valores de igualdade e dignidade que defendemos. O momento de agir é agora.

Por isso, para concluir este discurso, peço mais uma salva de palmas, de novo, em homenagem à nossa fantástica Independência.

Muito obrigado!